



Demonstrações Financeiras

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.

30 de junho de 2021 e 2020

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras



30 de junho de 2021 e 2020

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

A Instituição

A Agillitas Soluções de Pagamentos é uma sociedade limitada e tem como objeto principal a administração de cartões pré-pagos. Foi pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços como, o cartão VTM - Visa Travel Money para compras e saques e a criação de ferramentas de gerenciamento de cartões pré-pagos para pessoas jurídicas.

Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

O modelo de governança e de gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Organização nos diversos ambientes de controles, com estruturas de controle e compatíveis com a natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, produtos e serviços, atividades, através de processos, sistemas e com efetivos controles da dimensão no tocante a exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital atua em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios, por meio de atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Pandemia COVID-19

Nesse período de pandemia a Agillitas vem seguindo todos os protocolos e determinações dos órgãos reguladores, com vistas à preservação da integridade física dos nossos colaboradores as necessárias condições de trabalho e segurança, com adequações das dependências e a adoção de mecanismos tecnológicos para a estruturação de *home office*, visando a redução dos impactos nas atividades operacionais e administrativas.

Agradecimentos

A Administração da Agillitas Soluções de Pagamentos agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e, aos colaboradores.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011
Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos quotistas e aos Administradores da
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Emerson Morelli'.

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Balanços Patrimoniais
 Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	jun/21	dez/20
Ativo			
Ativo Circulante		<u>68.897</u>	<u>31.266</u>
Disponibilidades	4	<u>2.227</u>	<u>3.503</u>
Instrumentos Financeiros		<u>63.152</u>	<u>25.244</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>63.152</u>	<u>25.244</u>
Outros Ativos		<u>3.518</u>	<u>2.519</u>
Ativo não Circulante		<u>10.530</u>	<u>57.470</u>
Instrumentos Financeiros		<u>-</u>	<u>49.626</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>-</u>	<u>49.626</u>
Outros Ativos		<u>452</u>	<u>619</u>
Ativos Fiscais Diferidos	11c	<u>1.116</u>	<u>1.221</u>
Imobilizado de uso		<u>8.039</u>	<u>5.216</u>
Intangível		<u>5.562</u>	<u>8.402</u>
Depreciações e amortizações		<u>(4.639)</u>	<u>(7.614)</u>
Imobilizado de uso		<u>(3.147)</u>	<u>(2.544)</u>
Intangível		<u>(1.492)</u>	<u>(5.070)</u>
Total do ativo		<u><u>79.427</u></u>	<u><u>88.736</u></u>
Passivo			
Passivo Circulante		<u>69.367</u>	<u>79.950</u>
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		<u>64.672</u>	<u>73.699</u>
Depósitos	8	<u>40.717</u>	<u>42.335</u>
Outros Passivos Financeiros	9	<u>23.955</u>	<u>31.364</u>
Outros Passivos	10, 19b	<u>3.662</u>	<u>5.161</u>
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos		<u>1.033</u>	<u>1.090</u>
Passivo não Circulante		<u>10.060</u>	<u>8.786</u>
Outros Passivos	10, 19b	<u>1.343</u>	<u>952</u>
Patrimônio Líquido	13	<u>8.717</u>	<u>7.833</u>
Capital social		<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
Reserva de lucros		<u>1.900</u>	<u>1.856</u>
Lucros Acumulados		<u>824</u>	<u>-</u>
Ajustes de Avaliação Patrimonial		<u>(7)</u>	<u>(23)</u>
Total do passivo		<u><u>79.427</u></u>	<u><u>88.736</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração do Resultado
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)



	Notas	jun/21	jun/20
Receita da intermediação financeira		807	917
Resultado de títulos e valores mobiliários		807	917
Resultado bruto da intermediação financeira		807	917
Outras receitas/despesas operacionais		478	(2.390)
Receita de prestação de serviços	14	17.248	13.958
Despesas de pessoal	15	(8.465)	(8.132)
Outras despesas administrativas	16	(4.462)	(3.670)
Despesas tributárias	17	(1.942)	(1.448)
Outras receitas operacionais	18	1.543	2.170
Outras despesas operacionais	18	(3.443)	(5.266)
Resultado operacional		1.284	(1.474)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.284	(1.474)
Imposto de renda e contribuição social	11	(416)	498
Imposto de renda		(230)	-
Contribuição social		(89)	-
Ativo fiscal diferido		(97)	498
Lucro líquido (prejuízo) dos semestres		868	(975)
Quantidade de quotas		6.000.000	6.000.000
Lucro líquido (prejuízo) por quota		0,14	(0,16)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Lucro líquido / (Prejuízo) dos semestres	868	(975)
Outros resultados abrangentes	16	5
Ajustes de avaliação patrimonial		
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(23)	7
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	7	(2)
Resultado abrangente	<u>884</u>	<u>(970)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
		Realizado		Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	6.000	-	388	1.801	(7)	-	8.182
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(975)	(975)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 30 de junho de 2020	12	6.000	-	388	1.801	(2)	(975)	7.212
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	6.000	-	388	1.468	(23)	-	7.833
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	868	868
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	16	-	16
Constituição de reserva legal		-	-	44	-	-	(44)	-
Saldos em 30 de junho de 2021	12	6.000	-	432	1.468	(7)	824	8.716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	jun/21	jun/20
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) ajustado		2.087	(1.266)
Lucro líquido/prejuízo		868	(975)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		1.219	(291)
Atualização monetária de contingências		63	-
Atualização monetária de depósitos judiciais		(4)	-
Depreciações e amortizações	16	966	750
Impostos diferidos	11a	97	(497)
Provisões/(reversões) operacionais		97	(544)
(Aumento)/redução em ativos e Aumento/(redução) de passivos		559	(700)
Títulos e valores mobiliários		11.733	8.838
Outros créditos		(953)	218
Outros valores e bens		131	164
Depósitos		(1.618)	(730)
Relações interfinanceiras		(7.408)	(8.588)
Outras obrigações		(1.326)	(602)
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais		2.646	(1.966)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso		-	1
Redução de intangível		20	76
Aquisição de imobilizado de uso		(2.788)	(685)
Aplicações no intangível		(1.154)	(133)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(3.922)	(741)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	13b	-	-
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.276)	(2.707)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	3.503	4.855
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	2.227	2.148
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		(1.276)	(2.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Agillitas Soluções de Pagamentos (“Instituição” ou “Agillitas”) localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 8501 – 16º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade limitada e tem por objetivo o desenvolvimento, administração e gestão de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, prestação de serviços de pagamentos em prol de terceiros através de cartões, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.

Em 9 de setembro de 2019 a Agillitas foi aprovada como instituição de pagamento na modalidade emissor de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações da Agillitas, os procedimentos constantes das Resoluções CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 e Circular 4.720/19. Seguem as principais alterações implementadas: as rubricas do Balanço Patrimonial por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior, e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 16 de agosto de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.



c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

f) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um



método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 e em observância ao Pronunciamento Técnico 001, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores a pagar as Bandeiras Visa e Mastercard, relativos as transações de pagamento e estão registradas pelo valor de liquidação.

j) Outros depósitos

Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há taxa de atualização.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:



(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

m) Eventos Subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

n) Resultados Recorrentes e não Recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 23.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	jun/21	dez/20
Disponibilidades	2.227	3.503
Total	<u>2.227</u>	<u>3.503</u>



5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	jun/21			dez/20		
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	15.480	-	15.480	25.244	-	25.244
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas (Nota 12)	15.479	-	15.479	25.243	-	25.243
Certificado de depósito bancário (CDB)	1	-	1	1	-	1
Total de títulos para negociação	15.480	-	15.480	25.244	-	25.244
Títulos disponíveis para venda						
Vinculados a prestação de garantias	47.683	(11)	47.672	49.660	(34)	49.626
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	47.683	(11)	47.672	49.660	(34)	49.626
Total títulos disponíveis para venda	47.683	(11)	47.672	49.660	(34)	49.626
Total de títulos e valores mobiliários	63.163	(11)	63.152	74.904	(34)	74.870

(1) Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ 16 (R\$ 5 em jun/20 e R\$ 23 negativo em dez/20).

b) Composição por vencimento

	jun/21			dez/20
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Títulos para negociação				
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas (Nota 12)	15.479	-	-	15.479
Certificado de depósito bancário (CDB)	1	-	-	1
Títulos disponíveis para venda				
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	47.552	120	47.672
Total	15.480	47.552	120	63.152
				74.870

6. Rendas a receber

	jun/21	dez/20
Circulante		
Verbas de incentivo	127	205
Tarifas contas pré-pagas	1.409	197
Total	1.536	402



7. Outros créditos – diversos

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Devedores diversos – no país	64	148
Impostos e contribuições a compensar	1.282	1.638
Valores a receber - ligadas	107	123
Adiantamento de salários	328	31
Rendas a receber	1.537	401
Despesa antecipada	-	131
Outros	200	47
Total do circulante	<u>3.518</u>	<u>2.519</u>
Não Circulante		
Devedores por depósito em garantia (Nota 19b)	392	346
Impostos e contribuições a compensar	-	212
Outros	60	61
Total do Não Circulante	<u>452</u>	<u>619</u>
Total	<u>3.970</u>	<u>3.138</u>

8. Depósitos

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Contas de pagamento pré-pagas	40.717	42.335
Total do circulante	<u>40.717</u>	<u>42.335</u>

9. Relações interfinanceiras

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Valores a pagar – Visa	9.399	12.842
Contas pré-pagas	14.556	18.522
Total do circulante	<u>23.955</u>	<u>31.364</u>

10. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	714	1.090
Provisão para impostos sobre o lucro	319	-
Total	<u>1.033</u>	<u>1.090</u>



b) Diversas

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	2.648	2.530
Sociais e estatutárias	209	169
Credores diversos no país	805	2.462
Total do circulante	<u>3.662</u>	<u>5.161</u>
Não Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	224	-
Credores diversos no país	120	2
Total do não Circulante	<u>344</u>	<u>2</u>
Total	<u>4.006</u>	<u>5.163</u>

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Valores correntes	(319)	-
IR e CSLL no País – Corrente	319	-
Valores diferidos		
Ativo fiscal diferido	(97)	1.688
Diferenças temporárias	45	698
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(142)	(201)
Total	<u>(416)</u>	<u>497</u>

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Resultado antes dos tributos e participações	1.284	(1.471)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(436)	500
Outros valores	20	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	<u>(416)</u>	<u>497</u>

c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo		Realização	Saldo
	31/12/2020	Constituição		
Provisão para contingências	323	17	-	340
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	422	130	(110)	442
Provisões diversas a pagar	476	-	(142)	334
Total	<u>1.221</u>	<u>147</u>	<u>(252)</u>	<u>1.116</u>



Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerão dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.842/20, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis não restando a inclusão de créditos oriundos de outras naturezas na posição.

Para o período compreendido entre julho de 2021 e dezembro de 2021 a alíquota da CSLL será majorada em 5% para Instituições Financeiras de acordo com a Lei 14.183/2021. Os impactos dessa majoração serão refletidos nas bases do crédito tributário.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 5 anos	Total
Provisão para contingências	-	318	3	19	-	-	-	340
Provisões diversas a pagar	-	442	-	-	-	-	-	442
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	118	216	-	-	-	-	-	334
Total	118	976	3	19	-	-	-	1.116
Valor presente	17	1.128	3	17	-	-	-	1.165

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 1.165 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas

	jun/21		dez/20		jun/20	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	-	581	-	836	-	241
Cotação DTVM S.A. (Nota 14)	-	97	-	344	-	241
Banco Rendimento S.A. (Nota 14)	-	484	-	492	-	-
Disponibilidades	1.478	-	2.746	-	1.330	-
Banco Rendimento S.A.	1.478	-	2.746	-	1.330	-
Certificado de depósito bancário	15.479	202	25.243	370	10.967	194
Banco Rendimento S.A. (Nota 5)	15.479	202	25.243	370	10.967	194
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	28	-	13	-	14	-
Cotação DTVM S.A.	28	-	19	-	19	-
Banco Rendimento S.A.	-	-	(6)	-	(5)	-



a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Agillitas incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2021	2020
Remuneração fixa	130	130
Encargos sociais	29	29
Total	<u>159</u>	<u>159</u>

A Agillitas não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 6.000, representado por 6.000.000 quotas, de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante assembleia geral dos quotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020 não houve distribuição de dividendos.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, não houve deliberação para pagamento de juros sobre o capital próprio.

c) Reservas de lucros

Reserva Legal: a Agillitas deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.



Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

14. Receitas de prestação de serviços

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Contas pré-pagas	12.435	11.319
Transações de pagamento	4.132	2.317
Prestação de serviços – ligadas (Nota 12)	581	241
Intermediação de pagamentos	-	75
Outras	100	6
Total	<u>17.248</u>	<u>13.958</u>

15. Despesas de pessoal

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Proventos	5.347	4.774
Encargos sociais	1.086	1.620
Benefícios	1.776	1.590
Honorários	165	48
Outras	91	100
Total	<u>8.465</u>	<u>8.132</u>

16. Outras despesas administrativas

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Serviços do sistema financeiro	101	124
Transportes	141	101
Processamento de dados	2.072	1.461
Aluguéis	379	436
Depreciação/Amortização	966	750
Serviços técnicos especializados	95	183
Serviços de terceiros	177	129
Comunicações	262	288
Manutenção e conservação de bens	54	46
Outras despesas administrativas	87	71
Condomínio	69	69
Propaganda e publicidade	59	12
Total	<u>4.462</u>	<u>3.670</u>



17. Despesas tributárias

	jun/21	jun/20
Cofins	1.086	769
ISS	434	325
PIS	234	165
Outras	188	189
Total	1.942	1.448

18. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	jun/21	jun/20
Transações de pagamento	1.183	1.873
Reversão de provisões operacionais	169	-
Recuperação de despesas	35	70
Outras	279	267
Total	1.666	2.210

b) Outras despesas operacionais

	jun/21	jun/20
Processamento de cartões	2.356	4.811
Contas pré-pagas / Cartões	445	460
Atualização monetária de contingências	62	-
Contingências cíveis e trabalhistas	40	1
Convênios operacionais	7	2
Outras	656	33
Total	3.566	5.307

19. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2021 e 2020, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente,



considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "outras obrigações diversas", substancialmente representado pelos seguintes processos:

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	jun/21	dez/20
				Total	Total
Provisão para contingências					
Saldo inicial	-	593	357	950	348
Constituições/(reversões)	-	36	66	102	792
Pagamentos	-	-	(53)	(53)	(190)
Saldo final	-	629	370	999	950

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	jun/21	dez/20
				Total	Total
Depósitos judiciais					
Saldo inicial	-	299	48	347	110
Constituições/(reversões)	-	4	57	61	421
Realizações	-	-	(16)	(16)	(185)
Saldo final	-	303	89	392	346

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 30 de junho de 2020, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- 4 processos trabalhistas totalizando R\$ 1.836 referentes a hora extra e vínculo trabalhista com o Banco Rendimento.
- 43 processos cíveis totalizando R\$ 2.656 referentes a ações do produto pagadora, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Agillitas.

20. Resultado não Recorrente



Não tivemos resultado não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2021 e no semestre findo em 30 de junho de 2020.

21. Gestão de riscos

A política de gerenciamento de riscos e capital alinhada às melhores práticas e em conformidade com o arcabouço regulatório emanado do Banco Central do Brasil. A área de Riscos é responsável pelos processos e princípios definidos na Declaração de Apetite a Riscos, buscando a permanente adequação aos modelos de controles, através do envolvimento da estrutura corporativa e da disseminação da cultura de riscos em todas as atividades, através da participação de todos na gestão de riscos.

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional e controles internos encontra-se condizente com as atividades e negócios realizados na Agillitas, utilizando-se de ferramentas capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas tecnológicas; falha na execução e cumprimento dos prazos e gerenciamento das atividades; falha na execução, cumprimento de prazos, e gerenciamento de atividades.

O modelo de gestão baseia-se nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos, Controle Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração, visando fundamentar o processo de mitigação de riscos que possam impactar na continuidade dos negócios e imagem da Agillitas.

b) Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.557/17, em ambiente corporativo, constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Agillitas.

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado.



No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas, em bases prudenciais, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

c) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Agillitas adota mecanismos através de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. A Agillitas mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

d) Risco Socioambiental

A política de gestão do Risco Socioambiental está estabelecida por meio de princípios e diretrizes apoiados em bases regulatórias, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes.

Os clientes e parceiros e as operações e serviços passam por escopo de avaliações e análises, em linha com os fundamentos da Lei Anticorrupção, no contexto da responsabilidade social, e com ênfase nos padrões éticos de conduta internos e nas relações de trabalho, principalmente na concessão de crédito. A esse conjunto de rotinas estão associadas as análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.



e) Segurança da Informação

A Agillitas segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança cibernética, de forma a mitigar os riscos e proteger a Instituição e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, a Agillitas encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

22. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 15,10% em 30 de junho de 2021 (15,64% em 30 de junho de 2020) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN 4.193/13, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A Administração

Patrícia dos Santos Bento
Contadora
CRC – SP-282762/O-9